

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

INSTITUTO A VEZ DO MESTRE

**DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO INTERAGINDO
DOCENTES E ALUNOS COM A INDISCIPLINA NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Por:

Ana Paula Rodrigues de Lima

Orientador

Professora Mônica Melo

Rio de Janeiro

2011

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

INSTITUTO A VEZ DO MESTRE

**DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO INTERAGINDO
DOCENTES E ALUNOS COM A INDISCIPLINA NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Apresentação de monografia à Universidade Cândido Mendes como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Orientação Educacional e Pedagógica

Por: Ana Paula Rodrigues de Lima

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos aos professores da Pós-Graduação,
Aos amigos que trilharam este caminho junto comigo, em
especial a amiga Alessandra.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Vera Alice e Adilson,
ao meu filho Bryan e esposo Fabio Adriano.

RESUMO

A presente monografia, sob o título: *Indisciplina*, traz como tema a indisciplina escolar e a função do Orientador Educacional no âmbito do cotidiano da escola na busca pela solução deste problema. Assim, esta pesquisa tratará, prioritariamente, a respeito do múltiplos olhares – professores, alunos e responsáveis - acerca da indisciplina escolar e sobre a atuação do Orientador Educacional neste contexto. Para analisar tal relação foi necessário definir quais eram as acepções Indisciplina Escolar e de Orientação Educacional que seriam utilizadas para a análise da atuação do Orientador Educacional na busca pela solução do problema da indisciplina na escola. Porém na medida em que a pesquisa foi sendo desenvolvida foi possível constatar a impossibilidade da apresentação de soluções pré-fabricadas para este problema visto que, o cotidiano das escolas é extremamente múltiplo e diversificado também são os muitos modos pelos quais a indisciplina se manifesta. Deste modo, mais relevante que propor “fórmulas prontas” para a erradicação da indisciplina é apontar caminhos possíveis de ação, entendendo o Orientador Educacional como um profissional de extrema importância para este processo de construção de uma escola democrática e disciplinada.

METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica especializada de cunho pedagógico e histórico, estudo da Constituição Brasileira e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Desta maneira terão destaque neste trabalho os seguintes autores: REBELO; GARCIA; OLIVEIRA; GRISPUN, LÜCK, dentre outros, escolhidos por serem considerados relevantes para a análise e compreensão do tema.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – INDISCIPLINA ESCOLAR: MÚLTIPLOS OLHARES 11	
CAPÍTULO II – ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES 23	
CAPÍTULO III – INTERVENÇÕES DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: PROMOVENDO SOLUÇÕES	32
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	43
ÍNDICE	46
FOLHA DE AVALIAÇÃO	48

INTRODUÇÃO

A presente monografia, sob o título: ***Indisciplina***, traz como tema a indisciplina escolar e a função do Orientador Educacional no âmbito do cotidiano da escola na busca pela solução deste problema.

Assim, esta pesquisa tratará, prioritariamente, a respeito do múltiplos olhares – professores, alunos e responsáveis - acerca da indisciplina escolar e sobre a atuação do Orientador Educacional neste contexto. Para analisar tal relação foi necessário definir quais eram as acepções Indisciplina Escolar e de Orientação Educacional que seriam utilizadas para a análise da atuação do Orientador Educacional na busca pela solução do problema da indisciplina na escola.

A hipótese formulada foi: A indisciplina escolar é percebida de forma diferente por alunos e professores, de maneira que, em muitos casos a avaliação acerca de um ato considerado indisciplina pode ter múltiplas interpretações diante de diferentes professores e até mesmo, alunos.

Para buscar possíveis caminhos de comprovação da hipótese levantada, a pesquisa teve como objetivos primordiais:

Identificar pontos semelhantes e divergentes de professores e alunos quanto à Indisciplina Escolar; Compreender, qual é a percepção de professores e alunos, sobre a indisciplina e suas implicações; Identificar o papel do Orientador Educacional e possíveis soluções para essa problemática.

Esta pesquisa justifica-se por se propor a levantar dados que contribuirão para o entendimento da real função do Orientador Educacional na busca por caminhos possíveis de erradicação da indisciplina escolar.

Deste modo, o primeiro capítulo trará uma breve definição acerca da Indisciplina Escolar, destacando-a enquanto negação do conceito de Disciplina. Neste capítulo, ainda são elencados os múltiplos olhares, entendidos como as múltiplas interpretações, que os professores e alunos podem possuir a respeito deste assunto.

O capítulo dois, define Orientação Educacional, contextualizando esta função historicamente, demonstrando as modificações de perspectiva acerca dela ocorridas ao longo dos anos no contexto educacional brasileiro.

Este capítulo discute ainda, as principais atribuições desta função, a saber: promover atitudes que suscitem a reflexão de professores, alunos, funcionários da escola e responsáveis pelos alunos; efetivar ações de apoio aos professores; observar, adequar e atualizar o currículo quando necessário e coordenar as práticas educacionais.

Encontra-se no cerne de nossa discussão as possibilidades práticas para a execução de tais atribuições e o perfil esperado para um profissional disposto a exercer tal função. Este perfil predominantemente diz respeito a capacidade de aprimorar os relacionamentos interpessoais através do diálogo, sendo capaz de tornar-se um líder democrático na escola.

O capítulo três visa, em um primeiro momento, ratificar a importância da participação do Orientador na vida escolar. Depois relaciona a contribuição que este profissional pode oferecer para a promoção de ações efetivas que busquem solucionar o problema da Indisciplina Escolar.

Não poderíamos deixar de abordar, neste capítulo, a importância da sensibilidade deste profissional para contribuir para a formação cognitiva, social e psicológica dos alunos.

Para tais reflexões, a autora recorreu a pesquisa bibliográfica, buscando através do levantamento, da seleção e da análise do material teórico relevante embasar a discussão já descrita. O trabalho foi dividido em cinco etapas. São elas:

Levantamento do referencial teórico; Seleção do referencial teórico apropriado a presente investigação; Leitura crítico - analítica do referencial selecionado; Organização dos dados levantados; Elaboração do relatório final.

CAPÍTULO 1

INDISCIPLINA ESCOLAR: MÚLTIPLOS OLHARES

A indisciplina escolar é um problema que assola escolas públicas e particulares localizadas nas diferentes regiões do país inseridas em diversos contextos socioeconômicos. A indisciplina escolar, muitas vezes, é tida como um dos elementos que promovem o fracasso escolar.

Destarte, analisar este problema buscando conhecer suas prováveis causas e apontando possíveis soluções torna-se de suma importância para a promoção de uma educação de qualidade pautada no respeito mútuo, na solidariedade e no pleno desenvolvimento dos aspectos sócio-cognitivos e da cidadania dos educandos.

Como já foi dito, a indisciplina escolar ocorre em diferentes instituições de ensino, por isso, para possibilitar este trabalho foi necessário estabelecer um contexto escolar específico que servisse de foco para a pesquisa. Assim, uma escola municipal situada na cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, na qual a autora exerce a função de professora, foi selecionada para ser o objeto principal deste estudo.

Em outras palavras, esta pesquisa teve sua gênese na necessidade oriunda da observação dos problemas disciplinares ocorridos no cotidiano da escola supracitada. Deste modo, será discutido, neste capítulo, de que modo a indisciplina escolar é percebida pelos diferentes elementos envolvidos no processo de ensino aprendizagem (professores, funcionários, alunos e responsáveis).

Porém é importante ressaltar que esta pesquisa pretende estudar a indisciplina não apenas em uma situação ou contexto isolado. O trabalho

destina-se a, partindo deste contexto particular, elucidar questões mais gerais sobre o tema.

1.1 CONCEITO DE INDISCIPLINA ESCOLAR

Para alcançar tais objetivos é preciso que esteja esclarecido, *a priori*, em que consiste, fundamentalmente, o conceito de indisciplina escolar. O conceito de indisciplina escolar tem relação intrínseca com o conceito de disciplina escolar, haja vista, que o primeiro se configura, em linhas gerais, na negação do segundo.

Deste modo, é possível afirmar que a indisciplina escolar refere-se ao não cumprimento das regras estabelecidas e este não cumprimento, de um modo geral promove desordem no ambiente escolar.

Inúmeros são os fatores que possibilitam e/ou promovem ações indisciplinadas no ambiente escolar, dentre eles é possível citar de acordo com GARCIA (1999): a maneira como é encarado o processo de ensinoaprendizagem; as características psicossociais dos alunos; a composição do currículo; as relações interpessoais que se estabelecem entre docentes e discentes, dentre outras.

De acordo com OLIVEIRA (2002) podemos determinar como ações indisciplinadas dos alunos (na perspectiva dos professores): a) não respeitar professores e colegas; b) atrapalhar as aulas com barulho ou conversas paralelas; c) faltar às aulas e d) ser impontual.

Além destas atitudes elencadas por OLIVEIRA (2002) a observação do cotidiano da escola permite que sejam observadas outras ações que são consideradas pela maioria dos professores como atitudes que demonstram a indisciplina dos alunos. Dentre elas pode-se destacar: agressões verbais ou

físicas a colegas e, em casos mais extremos, a professores; furtos de objetos dentro do espaço escolar e provocações de natureza sexual e/ou racistas.

No entanto, é importante destacar que o conceito de indisciplina escolar encerra múltiplas interpretações, pois as ações ditas “indisciplinadas” ocorridas na escola são submetidas ao crivo de diferentes elementos da escolar que possuem, muitas vezes concepções distintas sobre as atitudes dos alunos. Em outras palavras, é possível que determinada conduta inaceitável aos olhos de um professor seja vista com mais benevolência por outro e vice-versa.

Por outro lado, até mesmo entre os outros segmentos envolvidos na escola (pais, funcionários e alunos) há controvérsias na compreensão do que seriam tais atos indisciplinados. Deste modo, o próximo item da pesquisa visa destacar alguns dos múltiplos olhares possíveis acerca da problemática da indisciplina escolar.

1.2 MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A INDISCIPLINA ESCOLAR

A indisciplina escolar é, na maioria das vezes, atribuída pelos professores aos alunos como consequência da ausência de “limites” da família em relação aos educandos que, ainda segundo os professores, tais responsáveis tem relegado à escola a função de educar seus filhos. Os professores afirmam ainda que o comportamento indisciplinado dos alunos promove o fracasso escolar.

Por outro lado, utilizar esta justificativa mais corriqueira para os atos de indisciplina praticados pelos alunos, afirmando e lançando sobre eles a responsabilidade exclusiva acerca destes eventos, é realizar uma análise simplista dos fatos, perdendo-se de vista outros fatores que podem ser determinantes para a concretização de ações de indisciplina. Ou seja, a indisciplina escolar não está assentada apenas na personalidade ou

temperamento dos estudantes; tampouco, é determinada exclusivamente pelas condições socioeconômicas dos educandos.

Assim, um estudo mais detalhado da realidade sob uma perspectiva mais cuidadosa é capaz de mostrar que embora os alunos sejam os que cometam mais frequentemente atos de indisciplina na escola, eles não são os únicos responsáveis por suas ações, haja vista que há inúmeros fatores que promovem estes comportamentos inapropriados dos alunos.

Dentre estes fatores, é possível citar de acordo com REBELO:

“a uma concepção bancária de educação” praticada pela maioria desses professores, devido à má formação, resistência às mudanças, inadequação da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula e escolha de conteúdos presentes num currículo distante da realidade da comunidade com a qual trabalha. (2003, p. 15).

“A *concepção bancária de educação*” foi tratada por FREIRE (2001) e diz respeito a uma noção de educação na qual alunos são tratados como depósitos de conhecimento pelos professores, ou seja, os discentes devem absorver o conhecimento transmitido por seus docentes. “Destá maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. (FREIRE In REBELO, 2003, p.47). Deste modo, ainda segundo FREIRE (2001), esta concepção de educação culmina numa prática educacional que (de) forma os alunos tornando-os seres *autômatos* ao invés de seres *autônomos*.

Tal concepção bancária de educação traz como consequência para as práticas pedagógicas a pré-seleção dos conteúdos escolares a serem ministrados desconsiderando as demandas do cotidiano da comunidade

escolar na qual o aluno reside e por conseqüência desconsiderando as demandas dos próprios estudantes.

Deste modo, a educação e a escola são objetos utilizados para a manutenção do *status quo* da sociedade. Em outras palavras, a educação escolar serve precisamente para admoestar os alunos a aceitarem passivamente a realidade que os cerca, sem capacitá-los para a analisarem criticamente. Assim, a escola se configura em mais uma engrenagem para a manutenção do sistema e não para a sua transformação.

Além disso, a concepção bancária de educação – que ainda é largamente aplicada na educação brasileira – tem as relações interpessoais pautadas na hierarquização e na verticalização das mesmas de forma rígida e autoritária. A disciplina consiste, sob esta perspectiva, em manter os alunos sentados, imóveis, passivos e em silêncio ouvindo atentamente ao professor, por se acreditar que esta postura é a postura adequada para a concretização da aprendizagem:

Isso porque na ‘concepção bancária’, o silêncio, a passividade e a estagnação dos alunos são fundamentais para que a transmissão do conhecimento tenha sucesso sem perda de tempo com interferências. (REBELO, 2003, p.29)

Observa-se que a organização dos alunos nas salas de aula tem como objetivo mais fundamental constranger o movimento dos estudantes, para através deste artifício mantê-los subjugados à autoridade do professor, enquanto representante do único conhecimento válido, porque oficial. Os alunos ficam dispostos em fileiras, sentados nas suas carteiras, impedidos de olharem para os lados e de se movimentarem pelo espaço da sala de aula, submetidos a um silêncio que os impede de compartilhar suas experiências, demonstrar seus saberes e, principalmente, questionarem as regras e

conteúdos impostos que são radicalmente desconexos de suas vivências e, sobretudo, de seus interesses.

Esta busca pela “dominação dos corpos” (FOUCAULT, 1997) e adestramento das mentes dos alunos fica patente até mesmo pela disposição espacial, organização temporal e práticas pedagógicas da escola: estudantes sentados em filas, se locomovendo pelo espaço escolar em fila, momentos estanques e rígidos para o estudo das disciplinas que compõem o currículo, a utilização do sinal para determinar entrada, saída, recreio, as formas que tomam os procedimentos de avaliação às quais os alunos são submetidos, dentre outros exemplos.

Sob este ponto de vista, a disciplina constitui-se num conjunto de atos e posturas reproduzidas pelos alunos. Este conjunto é reproduzido pelos discentes porque é produto de coerções e punições sociais, portanto, é possível afirmar que estes atos e posturas são apenas manifestações externas de comportamento não representando, na maioria das vezes, mudanças significativas na consciência dos alunos, na sua percepção acerca da vida.

Esta concepção de escola como um local no qual os alunos, através da dominação de seus corpos e mentes são “domesticados” para aceitarem e se constituírem em indivíduos produtivos para o sistema social em que estão inseridos, não é recente. De acordo com REBELO (2003), esta escola emerge na Idade Moderna e, embora suas práticas de disciplinarização tenham sido abrandadas – visto que atualmente os castigos físicos caíram em desuso – com o passar dos anos ainda seguem a mesma lógica dos séculos passados:

Essa escola burguesa não se preocupava com os interesses das crianças, mas como controle dos impulsos naturais feitos por meio dos ensinamentos sobre as condutas adequadas para se viver nesse novo modelo de sociedade, na qual, garantindo

a obediência dos indivíduos, economiza-se tempo e aumenta-se conseqüentemente a produção.

Transportando esses conceitos para os dias atuais, infelizmente percebemos que, séculos depois, nossa sociedade e, conseqüentemente, nossas escolas, ainda são estruturadas por essa ideologia.

Na escola, podemos perceber essa semelhança por meio da:

- organização espacial na sala de aula;
- prática pedagógica;
- hierarquização das funções;
- relação interpessoal;
- disciplina;
- organização do funcionamento;
- a avaliação. (p.45)

Desta maneira, este movimento de disciplinarização rígido e carente de sentido acaba por gerar justamente o que deseja prevenir: as ações indisciplinadas. Estas ações não surgem de um mero descaso dos alunos para com o sistema. Em verdade, as atitudes indisciplinadas consistem, fundamentalmente, em atos de resistência a um sistema educacional que os oprime, silenciando-os ao desconsiderar seus saberes, suas vivências e sua cultura.

Deixar de compreender a indisciplina escolar da perspectiva da carência – de educação, formação e/ou do meio socioeconômico – dos alunos e iniciar um processo de análise desta mesma indisciplina como ato de resistência vai de encontro a uma concepção de educação diametralmente oposta à concepção bancária definida por FREIRE (2001). Esta concepção foi tratada pelo respectivo autor na obra já citada como “*concepção problematizadora*”.

“Nesta concepção educar é um ato de amor, respeito a todas as visões de mundo, esperança e troca de experiências entre os envolvidos; por isso o

diálogo é fundamental neste processo educativo libertador.” (REBELO, 2003, p.50).

Dito de outra forma, o professor que ocupava o papel central e centralizador do processo de *ensinoaprendizagem*, por se acreditar ser o detentor e transmissor do conhecimento, agora surge como um mediador que, utilizando uma autoridade pautada no respeito mútuo e na confiança, constrói, em parceria com os estudantes, um espaço no qual ensinar e aprender são atitudes exercidas por ambos – docentes e discentes – reciprocamente.

Destarte, na concepção problematizadora de educação a imposição das regras dá lugar à negociação; a passividade dos discentes é substituída pela atividade; o silêncio é preenchido pela voz dos alunos e a apatia perde espaço para a participação.

Neste contexto, os alunos e demais envolvidos no cotidiano da escola são convidados a estabelecerem, através do diálogo e coletivamente, as regras da escola. Portanto, por participarem ativamente do processo de construção das regras e perceberem nelas um pouco de si, de sua própria cultura e de seu modo de vida, é natural que todos sejam impelidos a cumpri-las. Os atos de rebeldia se tornam, deste modo, inócuos.

Desta maneira, a disciplina dentro da perspectiva de uma educação problematizadora é entendida não mais como um elemento para obter controle sobre os alunos e garantir a aprendizagem. A disciplina é compreendida como consequência natural de um processo de reflexão e tomada de consciência dos alunos e, por isso, tem suas raízes não mais em elementos externos de punição, porém num processo de transformação interno promovido pelo diálogo.

REBELO (2003), ainda, acrescenta que:

Nessa visão, a disciplina não existe como controle externo do tempo e do espaço, no intuito de alcançar um produto de forma superficial e rapidamente, pois quanto mais produção, mais lucro. A disciplina é entendida como construção interna que colabora com a busca da autonomia intelectual, fator importante para a libertação do homem.

Assim, podemos concluir que a disciplina pode ser controle ou libertação do homem, da mesma forma que a indisciplina pode ser desobediência ou denúncia; tudo depende do nosso ponto de vista ao olharmos o mundo. (p. 53).

Deste modo, o título do capítulo (Indisciplina escolar: Múltiplos Olhares) justifica-se pelo fato deste trabalho buscar demonstrar que nenhum ato é indisciplinado por si só, em sua essência. Porém, perceber um ato como indisciplinado depende das concepções acerca de educação, escola, ensino e aprendizagem que estão arraigados naquele que contempla e classifica tal ato:

Nessa perspectiva, a indisciplina escolar não é só representada pelas manifestações ativistas, mas também pelas atitudes passivas dos alunos, pois tanto uma quanto a outra são encaradas como denúncia da insatisfação social e do tipo de educação praticada na escola. (REBELO, 2003, p.51)

Em outras palavras, é possível observar que o mesmo ato classificado como indisciplinado dentro da concepção bancária de educação pode ser entendido na perspectiva problematizadora de educação como um ato de resistência sociocultural. Da mesma maneira, atitudes anteriormente aceitas e premiadas como atos disciplinados, se olhados de um ponto de vista bancários, podem ser entendidas, numa visão problematizadora, como ações de indisciplina por serem oriundas de uma submissão não reflexiva.

Por outro lado, é importante destacar que embora alunos e professores ocupem os papéis principais nas relações escolares e, por conseqüência, nos atos de indisciplina praticados, eles não são os únicos responsáveis pela situação em que se encontram as escolas. Outros elementos também colaboram para a consolidação da realidade educacional atual no que tange aos atos de indisciplina.

Dentre eles, é conveniente citar:

(a) a ausência de uma política pública séria e coerente que aponte caminhos pautados em interesses de docentes e discentes e não tendo como parâmetro a necessidade de ascender em índices de avaliação ou por motivos eleitorais;

(b) as condições de trabalho dos professores que ainda representam um entrave para a realização satisfatória do trabalho pedagógico, tal precariedade gera a necessidade da reorganização do sistema de educação como um todo, a fim de que sejam proporcionadas condições adequadas de trabalho aos docentes de todo o país;

(c) resistência ou ausência dos pais e responsáveis dos alunos na participação das ações educacionais promovidas pela escola. Tais atitudes dos pais ou responsáveis – de resistência ou ausência – na vida escolar de seus filhos, muitas vezes, são conseqüências de condições socioeconômicas precárias.

Entretanto, todos estes fatores não podem servir de entrave para uma ação efetiva das escolas na tentativa de buscar soluções para a problemática relacionada à indisciplina escolar. Embora muitos elementos citados não digam respeito diretamente a ações na escola, outros se relacionam fundamentalmente a mudanças de concepções e atitudes dos elementos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Desta maneira, cabe aos profissionais da educação envolvidos e comprometidos em seus contextos de trabalho efetivar ações que promovam

modificações radicais no cotidiano das escolas. Neste contexto, a figura do Orientador Educacional emerge como sendo de suma importância, visto que caberá a este profissional promover atitudes efetivas que suscitem a reflexão não só de professores e alunos, mas de funcionários e responsáveis dos estudantes, visando à concretização de atitudes fundamentadas no diálogo e na reflexão, para que a escola se torne um local agradável a todos.

Assim, a função do Orientador Educacional dirá respeito, predominantemente, a efetivar ações de apoio ao professor com vistas a promover a melhoria da qualidade das relações interpessoais e, por consequência, do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, será atribuição do Orientador Educacional observar a adequação e atualização do currículo articulando as modificações necessárias, coordenar as práticas educacionais de um modo geral, e, sobretudo, ser um eterno pesquisador das teorias e métodos de ensino-aprendizagem. Mais do que isso, Orientador será também um pesquisador da realidade com a qual se defronta.

Enquanto pesquisador, este profissional deverá aprofundar-se além das aparências do cotidiano. Em outras palavras, o Orientador analisará detidamente os eventos que estão para além dos ocorridos, as falas oralizadas e as veladas e perceberá o que está para além do dito, exercendo assim sua sensibilidade.

Destarte, o Orientador Educacional, antes de mais nada, deve adquirir uma postura de mediador, apresentando-se flexível, estimulando a cooperação, participação e integração necessárias à realização do trabalho coletivo na escola.

Por isso, no próximo capítulo será discutido mais profundamente o papel do Orientador Educacional na escola centrando a análise na importância deste profissional enquanto elemento mediador do diálogo entre os diferentes segmentos que circulam no cotidiano escolar.

CAPÍTULO 2

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Para definirmos Orientação Educacional, esclarecendo em que consiste esta função, como ocorreu seu surgimento, demonstrando quais eram as atribuições do Orientador Educacional e por quais mudanças qualitativas esta função passou e continua passando, iniciaremos por uma breve contextualização histórica da Orientação Educacional.

2.1 - Histórico

De acordo com GRISPUN (1992), a princípio, no Brasil, a função de Orientação Educacional, baseada na Psicologia, tinha por atribuição fundamental realizar um aconselhamento de cunho moral e religioso. Cabia ao orientador, utilizando-se da autoridade instituída pela função, ajustar os educandos ao meio escolar, considerando que os problemas dos alunos tinham sua gênese no indivíduo, desconsiderando, de certa forma, as influências do contexto social.

Gradativamente, novos contornos foram delineados a esta função. Já em 1920, iniciou-se um movimento através do qual os orientadores através de seus aconselhamentos e dos testes vocacionais auxiliavam os alunos na escolha da atividade profissional para desempenhar. Esta nova atribuição ao Orientador Educacional foi consequência do momento de grande desenvolvimento econômico que o Brasil vivenciava naquela época.

Como consequência deste processo histórico, nos anos subseqüentes a existência da Orientação Educacional tornou-se obrigatória no ensino

secundário (hoje denominado ensino médio) com o objetivo fundamental de realizar a orientação vocacional.

Inúmeras modificações ocorreram desde então na compreensão acerca dos objetivos da Orientação Educacional, dentre elas é importante destacar que o embasamento outrora psicológico deu espaço a uma fundamentação sociológica desta função. Em outras palavras, a Orientação Educacional volta-se agora para buscar uma compreensão sobre o aluno, promovendo sua formação cidadã e sua inclusão no contexto social.

Destarte, ainda de acordo com GRISPUN (2006) é possível traçar algumas atividades fundamentais que devem ser realizadas pelo Orientador Educacional:

_ **Atividade existencial:** na qual se promove orientação pessoal dos alunos, auxiliando-se na solução de problemas da vida prática. Porém, vale ressaltar que a Orientação Educacional não se presta a um tratamento psicológico.

_ **Atividade terapêutica:** relacionada a educandos com problemas de aprendizagem e/ou comportamento.

_ **Atividade de recuperação:** em parceria com o Supervisor Escolar para auxiliar os estudantes que apresentam notas baixas não só a alcançarem a média, porém promover ações que auxiliem o aluno a se organizar de forma a não necessitarem mais deste atendimento.

Além destas ações mais comuns, em algumas realidades soma-se a função do Orientador educacional fiscalizar a frequência dos alunos, convocando, via telefonemas e cartas enviadas pelo correio, pais e responsáveis a comparecerem a Unidade Escolar para justificarem as ausências e reintegrarem os alunos a escola.

Dadas estas considerações é possível afirmar que o foco principal atuar junto aos educandos atendo suas demandas. Porém, esta não deve ser a única

linha de atuação do orientador educacional. Além desta é possível citar desenvolver junto a professores, pais e funcionários da escola um trabalho que promova a reflexões que possibilitem a estas pessoas envolvidas diretamente com os estudantes a compreendê-los de modo a auxiliar uma mudança qualitativa nas relações interpessoais. Esta mudança refletirá positivamente em todos os envolvidos podendo representar uma diminuição sensível nos casos de indisciplina escolar, sobretudo aqueles relacionados a ações de desrespeito e de violência física e/ou verbal.

Desta maneira, a função do orientador educacional dirá respeito, dentre outras funções, a efetivar ações de apoio ao professor com vistas a promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Em suma, o trabalho do Orientador é direcionado, predominantemente ao aluno, ajudando-o no seu desenvolvimento; sinalizando aos professores de que forma podem agir em relação aos educandos; auxiliando na estruturação e execução da proposta pedagógica sugerindo mudanças quando necessário; e ainda atuando junto aos responsáveis pelos alunos ouvindo-os e auxiliando-os.

Deste modo, ainda segundo GRINSPUN (2008), devido a demanda de atribuições e funções, a supervisão e orientação educacional, enquanto funções colaboradoras do processo pedagógico, deve atender às novas necessidades do mundo moderno de forma clara e transparente. Ainda segundo a autora, a educação tem papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Além disso, também será atribuição do Orientador observar a adequação e atualização do currículo articulando as modificações necessárias, coordenar as práticas educacionais de um modo geral, e, sobretudo, ser um eterno

pesquisador das teorias e métodos de ensino-aprendizagem. Mais do que isso, o Orientador será também um pesquisador da realidade com a qual se defronta.

Enquanto pesquisador, este profissional deverá aprofundar-se além das aparências do cotidiano, em outras palavras, o Orientador analisará detidamente os eventos que estão para além dos ocorridos, as falas oralizadas e as veladas, perceberá o que está para além do dito exercendo assim sua sensibilidade.

Para a realização de suas atribuições será de extrema relevância que o orientador educacional leve em consideração a dimensão ética de seu trabalho, visto que ao longo da realização do mesmo este profissional terá acesso a informações confidenciais daqueles a quem prestar atendimento. Tais informações devem ser mantidas em sigilo absoluto, pois o sucesso do trabalho de orientação educacional, depende e muito da confiança estabelecida entre o orientador educacional e aqueles que o procuram.

2.2 - Prática Pedagógica

O Orientador Educacional entendido neste trabalho não apenas como um orientador educacional ou terapeuta, porém como um colaborador para alavancar a qualidade do ensino, deve centrar a sua prática no diálogo, ouvindo os anseios dos alunos, professores e demais envolvidos no cotidiano escolar, proporcionando situações nas quais os corpos docentes e discentes possam refletir sobre sua atuação e apresentar soluções para os problemas vivenciados, sobretudo os que dizem respeito a indisciplina escolar.

Assim o Orientador precisa, primeiramente investir na capacidade reflexiva dos alunos e dos professores levando estes grupos a adotarem

posturas de diálogo e aceitação. Esta reflexão deve ser feita, *a priori*, individualmente e, depois, em conjunto, ou seja, todo o corpo docente e discente deve participar dela. Caberá ao Orientador proporcionar e organizar estes momentos reflexivos.

Ao Orientador caberá também promover a análise das relações escolares, sejam entre professores e alunos, seja entre os professores. Em se constatando, má qualidade destas relações interpessoais caberá a este profissional estimular o desenvolvimento destes relacionamentos do ponto de vista qualitativo. Haja vista, que, antes de mais nada, é imprescindível para o sucesso da função de Orientação Educacional que exista um relacionamento de cumplicidade e confiabilidade entre o Orientador e os demais elementos integrantes do processo de ensino-aprendizagem.

Após investigar sua realidade, conhecendo os aspectos positivos e negativos da mesma, cabe ao Orientador iniciar as ações que nortearão seu trabalho e poderão contribuir para a melhora do contexto escolar. Dentre elas podemos citar:

- _ Promover a mobilização da família do aluno para os assuntos escolares;
- _ Desenvolver um trabalho didático-pedagógico em parceria com a Coordenação Pedagógica e os professores no que diz respeito não só aos aspectos comportamentais dos alunos, como também as questões de currículo, auxiliando, quando possível, no planejamento das atividades a serem desenvolvidas;
- _ Promover, através de diferentes eventos, a integração entre a família e a escola, entre a família e os professores, entre os alunos e os professores e assim sucessivamente;
- _ Organizar e apurar dados referentes aos alunos utilizando-se de conversas informais e questionários aplicados ao próprio aluno ou aos seus responsáveis;
- _ Participar, junto a Coordenação Pedagógica e aos docentes, ativamente do processo de avaliação dos alunos e;

_Promover, durante os atendimentos momentos de reflexão e auto-avaliação, além de esclarecer e pontuar as regras a serem seguidas;

Desta maneira, também será atribuição do Orientador Educacional perceber os possíveis entraves a algumas ações previstas no planejamento de sua função possibilitando as devidas mudanças no momento oportuno. Em outras palavras, cabe ao profissional detentor da função de Orientador ser capaz de prever todo o trabalho a ser realizado durante determinado período. Mas planejar não significa apenas determinar o que será feito; planejar também é prever como será executado o que foi previsto.

O acompanhamento das atividades está intrínseco no planejamento e é pressuposto para avaliação, portanto dar-se-á de maneira contínua e não em momentos estanques (fim de bimestre, semestre ou ano letivo). Entretanto, acompanhar as atividades didático-pedagógicas de uma escola demanda tempo e organização, por isso é necessário que o Orientador Educacional organize momentos oportunos para tal atividade. Este acompanhamento pode ocorrer de inúmeras formas, dentre elas a consultoria que descrevemos mais detalhadamente nesta oportunidade. De acordo com LÜCK :

consultoria é o processo pelo qual se partilha com outra pessoa ou grupo de pessoas, em caráter de mutualidade, informações, idéias, opiniões sobre determinada problemática, promovendo seu entendimento e permitindo o envolvimento das pessoas a ela relacionadas, com o fim de gerar bases objetivas para a tomada de decisões e de medidas eficientes a respeito. (1981, p. 39)

Cabe ressaltar que o processo de consultoria não é apenas voltado para professores, ao contrário e um processo que pode (e deve) ser realizado com gestores, alunos e responsáveis. Ademais, quando se descreve o “caráter de mutualidade” da consultoria destaca-se que nesse processo há ausência de autoridade de um elemento participante sobre o outro. Em outras palavras, os

participantes da consultoria intencionam ajudar-se mutuamente para a resolução de problemas tanto imediatos quanto aqueles de solução de médio e longo prazo.

Segundo LÜCK (1981), consultoria tem um objetivo geral e alguns específicos, assim definidos:

O objetivo geral do processo de consultoria é: promover o desenvolvimento organizacional da escola. Os objetivos específicos são:

1-dinamizar o processo educativo, levando-o a uma constante renovação;

2-promover a abertura e clareza do processo de comunicação estabelecido na escola;

3-promover a melhoria do processo de relacionamento interpessoal [...]

4-facilitar o desenvolvimento de conhecimento, atitudes e habilidades necessários a resolução de problemas;

5-assistir no processo de decisão a resolução de problemas.”

(p. 40)

Muito ainda poderíamos discutir sobre o processo de consultoria: seus pressupostos, sua necessidade na escola, as fases concernentes a ele, etc. Entretanto, este é um tema amplo, portanto, encerraremos neste trabalho sua discussão visto que a abordagem deste processo objetivou, por ora, ilustrar uma das inúmeras formas que o Orientador Educacional pode atuar na escola para desempenhar adequadamente as atribuições de suas funções.

Porém, todas as ações do Orientador não podem ser calcadas numa pretensa superioridade de seu cargo em relação aos demais cargos existentes na escola; para que os objetivos sejam alcançados é imprescindível que todas as atitudes propostas e planejadas no interior da escola sejam elaboradas num

regime de colaboração, em que até mesmo a avaliação e as decisões posteriores a ela sejam tomadas coletivamente.

A este respeito escreveu MARTINS (2007):

[...] na medida em que [...] constrói uma ação em conjunto e flexível, ele propicia a construção de um planejamento voltado aos mesmos objetivos e interesses, fazendo com que cada membro se sinta responsável e integrante deste processo. Dessa forma, o supervisor ocupa a função de líder democrático de um grupo, na qual todos buscam construir e desenvolver um trabalho coletivo, visando uma ação transformadora”.(p.21)

O Orientador Educacional de uma certa forma ajuda a articular, coordenar e mobilizar a equipe gestora, corpo docente, o corpo discente e até mesmo a comunidade escolar. O profissional em questão tem como fundamental no exercício de sua função constituir-se enquanto um elemento de ligação entre os diferentes segmentos da escola, incluindo a comunidade escolar.

Embora o Orientador Educacional possua atribuições específicas diferentes dos demais elementos da escola é importante destacar que esta diferença entre as funções não implica em uma hierarquização demasiado verticalizada que pressupõe que cabe apenas ao Orientador Educacional a capacidade de pensar e elaborar as ações educacionais.

Deste modo:

Sem perda da especificidade das funções e serviços, articulem-se em vista da mesma finalidade e dos mesmos objetivos educacionais. É nesse sentido que “setorizar” a escola é atender às especificações do trabalho, sem desagregá-lo ou dividi-lo em seus propósitos; é nesse sentido que setorizar não

é sectarizar, mas compreender que o conjunto se faz pelos elos comuns da pluralidade. (RANGEL, 1994, p.94)

Entretanto, cabe destacar que a função do Orientador Educacional, lamentavelmente, ainda tende para uma exacerbada burocratização. Cabe a este profissional, contornar os apelos burocráticos que surgem no cotidiano para que consiga realizar as atribuições que defendemos, ao longo deste capítulo, como pertencentes a esta função.

CAPÍTULO 3

INTERVENÇÕES DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: PROMOVENDO SOLUÇÕES

3.1 Pensando a realidade

Muitas são as escolas que ainda não possuem o Orientador Educacional, mesmo sendo este profissional de extrema importância para a garantia da qualidade do ensino. E quando o mesmo existe, muitas vezes é visto com desconfiança pelos professores por acreditarem que ele está fora de sala de aula e por isso não conhece a realidade. Outros o acusarão de ser demasiadamente compreensivo com as atitudes indisciplinadas dos alunos.

Assim, o Orientador Educacional, antes de mais nada, deve adquirir uma postura de mediador, apresentando-se flexível, estimulando a cooperação, participação e integração necessárias a realização do trabalho coletivo na escola.

Dito de outra forma, o cerne possibilitador da participação do Orientador na vida escolar é, fundamentalmente, cultivar e aprofundar os relacionamentos interpessoais com todos os elementos envolvidos na escola, suscitando assim, o diálogo promotor da cumplicidade, ferramenta de extrema importância para a Orientação Educacional.

Em outras palavras, para possibilitar sua participação efetiva na vida escolar o Orientador deverá superar a burocratização das relações da escola, tornando-se um elo entre os elementos da escola, transformando estas

relações em relações educativas, que são o tipo de relação que devemos esperar na escola. Entretanto, é importante destacar que este relacionamento interpessoal não pode prescindir de profissionalismo, ou seja, os relacionamentos interpessoais não podem ser primários a fim de que não limitem as possibilidades de crescimento do grupo.

Em suma, a participação efetiva do Orientador na vida escolar pressupõe a habilidade deste profissional de relacionar-se interpessoalmente objetivando a mobilização de todos de forma satisfatória.

Ademais, para esta participação ocorra a ação do Orientador precisa estar integrada as demais áreas de atuação da administração escolar, a saber, a gestão e a Orientação Pedagógica. Dito de outra forma, a Orientação Educacional não impõe suas demandas sobre as demais, porém atua integrando e colaborando com as demandas da escola globalmente falando.

3.2 Promovendo soluções

Como já foi discutido neste trabalho a indisciplina escolar é um problema que há muito assola as unidades escolares brasileiras. Este problema – indisciplina escolar – apresenta um crescimento sensível tanto em quantidade de eventos como no aumento da gravidade destas situações. Por isso, se tornam urgentes a adoção de medidas de prevenção a este problema que tem adquirido proporções preocupantes nas escolas de todo país, visto que as ações indisciplinadas dos alunos, inúmeras vezes tem representado danos físicos, morais e materiais.

Entretanto, é importante dizer que as atitudes que serão aqui apresentadas como possíveis soluções não se configuram em “fórmulas mágicas” para resolver os problemas de indisciplina em todos os contextos nos quais estes problemas se apresentam. Porém, estas ações aqui sugeridas se

apresentam como caminhos que podem apontar para resultados satisfatórios, no entanto antes de realizar qualquer ação é preciso levar em consideração a aplicabilidade destes no contexto que se apresenta. O mais importante é que o Orientador Educacional busque soluções não se conformando com os problemas que enfrenta. De acordo com GOTZENS:

A disciplina escolar não consiste em um receituário de propostas para enfrentar os problemas de comportamentos dos alunos, mas em um enfoque global da organização e da dinâmica do comportamento na escola e na sala de aula, coerente com os propósitos de ensino. [...] Para isso é preciso, sempre que possível, antecipar-se ao aparecimento de problemas e só em último caso reparar os que inevitavelmente tiverem surgidos, seja por causa da própria situação de ensino, seja por fatores alheios à dinâmica escolar. (2003, p.22)

A primeira e fundamental contribuição que o Orientador Educacional pode dar a vida diária dos alunos é a *escuta*. Pois é ouvindo aquilo que os estudantes falam e observando sua relação com a escola que o Orientador poderá ter ações efetivas voltadas para os alunos. Visto que, somente quando o Orientador perceber o que os discentes pensam e esperam da escola e qual o currículo oculto que os mesmos trazem diariamente ele poderá, junto aos professores, articular ações efetivamente significativas e, portanto, educativas no sentido amplo da palavra.

De acordo com MELENDO, “a escuta é um ato próprio e exclusivo do ser humano é um ato consciente, voluntário e livre. Saber escutar é ter uma atitude de respeito, acolhida e aceitação do outro”. (1998, p.19)

O segundo aspecto fundamental na busca pela erradicação da indisciplina escolar são as *ações preventivas* que podem ser realizadas pelo

Orientador Educacional. Estas ações, como o próprio nome sugere visam prevenir a indisciplina escolar. Dentre estas ações preventivas podemos citar o estabelecimento de uma diretriz disciplinar que seja clara, coerente, construída e conhecida por todos os elementos inseridos no cotidiano escolar. (GOTZENS, 2003; AQUINO, 1996; VASCONCELHOS, 2004; ANTUNES, 2002)

Segundo VASCONCELHOS (2002), outras ações podem ser citadas enquanto atitudes de enfrentamento do problema da indisciplina escolar, dentre elas é possível destacar:

- _ Um Projeto Político Pedagógico voltado para a valorização do estudo;
- _ Promoção de condições adequadas de trabalho para o professor que dizem respeito a remuneração e espaço físico adequados;
- _ Um trabalho de conscientização de todos os segmentos da escola para que cômicos de suas responsabilidades as cumpram de forma satisfatória;
- _ A formação de uma equipe pedagógica disposta a ajudar o professor , promovendo uma reflexão coletiva sobre os problemas enfrentados.

Embora seja o aluno o foco central do trabalho do Orientador Educacional é importante destacar a relevância das ações do professor na construção da disciplina escolar, haja vista que “o professor desempenha neste processo o papel de modelo, guia referência (seja para ser seguido ou contestado)” (VASCONCELHOS, 2003, p.58).

Por isso, o Orientador Educacional precisa estabelecer junto aos professores uma prática reflexiva para promover junto a estes profissionais

uma postura que seja coerente com a busca por uma escola democrática e disciplinada.

Destaca-se, também enquanto ação preventiva a tutoria. Na tutoria um aluno ou grupo de alunos são escolhidos como tutores dos demais e possuem, dentre outras atribuições, a responsabilidade de manter o respeito às regras da escola. A tutoria guarda a sua importância no fato de descentralizar e democratizar ainda mais o estabelecimento das regras e isto aumenta a possibilidade das mesmas serem cumpridas. Ademais, os tutores estão numa posição mais próxima em relação aos outros estudantes o que, de um modo geral, acarreta em uma cumplicidade maior, consolidando assim maior interação e, por consequência, respeito às normas estabelecidas

Segundo GOTZENS “as tutorias são aplicadas mediante a ação coletiva e individual dirigida aos alunos ao longo da sua escolaridade, que incumbe logicamente a eles e a seu tutor, sendo que este último deve zelar pela harmonia entre alunos, professores e pais” (2003, p.66)

Por outro lado, as ações preventivas podem não surtir o efeito esperado. Caberá, então, que sejam aplicadas sanções para punir os sujeitos que descumpriram as regras. Estas sanções devem buscar a reparação do erro cometido e não ser apenas uma prática punitiva deslocada do contexto da ação indisciplinada em si. É imprescindível que as sanções estejam descritas no regimento escolar e que sejam do conhecimento de todos.

As sanções descritas no regimento escolar não podem estar em desacordo com o que determinam as leis (VASCONCELHOS, 2002), por isso, as punições não podem impedir “o acesso e permanência na escola” (Art. 206, inciso I da Constituição Federal, Art. 3º, inciso I da Lei n. 9.394/96) e nem podem expor o aluno ao “vexame ou constrangimento” (Art. 232 da Lei n. 8.069/90). Em outras palavras, não são permitidas, do ponto de vista da lei,

sanções que suspendam ou expulsem os estudantes da escola e/ou que impeçam os alunos de realizarem as avaliações bimestrais, por exemplo.

Ainda levando-se em consideração as ações punitivas é relevante assinalar que, de um modo geral, existe nas escolas a “síndrome do encaminhamento” (VASCONCELHOS, 2002). Tal atitude consiste em “encaminhar”, via de regra, os alunos considerados indisciplinados para o Orientador Educacional na expectativa de que o mesmo puna o aluno, resolvendo assim os problemas causados. Há dois equívocos fundamentais intrínsecos nesta postura:

_ Primeiro, o professor delega ao Orientador Educacional a função de resolver os problemas de indisciplina em sala de aula, perdendo assim a oportunidade de construir junto aos alunos uma relação interpessoal de respeito mútuo;

_ Segundo, esta “síndrome do encaminhamento” parte do pressuposto que a atribuição primordial do Orientador Educacional é a de “tomar medidas enérgicas contra os alunos indisciplinados”.

Faz-se necessário, portanto, que o encaminhamento seja evitado ao máximo, sendo utilizado apenas como último recurso sob pena de perder o efeito desejado. Sobre este assunto nos escreve VASCONCELHOS que:

a síndrome do encaminhamento [...] onde o professor encaminha constantemente o aluno à orientação sem tentar resolver o problema. É comum também ouvirmos de professores a queixa de que a disciplina por parte da equipe pedagógica deveria ser mais rigorosa. O encaminhamento constante do aluno, nesse caso, demonstra uma transferência de responsabilidade, este deve ocorrer quando forem esgotadas todas as possibilidades no âmbito da ação, cabe à equipe acompanhar o professor neste processo. (2002, p.171).

Como já foi dito anteriormente, o centro do trabalho do Orientador Educacional é o aluno. E o elemento na escola com quem o aluno se relaciona diariamente e de forma inevitável é o professor. Por isso, é interessante para o estabelecimento da disciplina escolar que o Orientador Educacional promova nas reuniões com os professores reflexão e acolhimento dos problemas e, também, através de eventos de formação, orientações a estes profissionais acerca das atitudes que quando tomadas podem prevenir a indisciplina em sala de aula.

As ações que o Orientador Educacional deve elencar, em linhas gerais para seus professores são: estabelecer e cumprir desde o início do ano letivo as regras, primando pela igualdade entre os estudantes, consolidar o diálogo, a confiança e o respeito mútuo.

Em suma, inúmeras são as ações que tenham por objetivo solucionar a problemática da indisciplina escolar, porém o mais relevante é compreender que construir uma escola disciplinada é um processo contínuo e gradual que apresentará em seu curso avanços, retrocessos e até mesmo entraves. Este processo deverá ser constantemente avaliado sofrendo modificações quando necessário.

CONCLUSÃO

A Indisciplina Escolar é um problema antigo nas escolas públicas e particulares do Brasil nos mais diversos níveis de ensino. Entretanto, nos últimos anos, a sociedade em geral vem assistindo estarrecida o número crescente de atos indisciplinados frequentemente violentos que por muitas vezes culminaram em óbito de algum dos envolvidos (alunos e/ou professores).

Estas ocorrências cada vez mais graves e frequentes suscitam inúmeros questionamentos em diferentes segmentos da escola e até mesmo da sociedade em geral:

Afinal o que é Indisciplina Escolar? Qual o limite entre uma escola democrática e uma escola permissiva? Quais punições/ sanções devem ser utilizadas a fim de corrigir os estudantes sem prejudicar seu estado psicossocial?

Estas e outras questões mal compreendidas, aliadas ao déficit da formação dos professores e a uma possível desarticulação da escola enquanto unidade, o provável distanciamento em relação ao sistema de ensino e em relação à comunidade na qual está inserida, poderia corroborar para os atos indisciplinados.

Desta maneira, a importância do Orientador Educacional se justifica. Este profissional que tem, no surgimento de sua função, as atribuições de realizar um aconselhamento de cunho moral e religioso, buscando “ajustar” os educandos ao meio escolar e, posteriormente, ainda sob uma perspectiva radicalmente psicológica, promover os “testes vocacionais”. Em outras palavras, a função de Orientador Educacional era basicamente centrada no aspecto psicológico do aluno buscando “ajustá-lo” à escola.

Porém, ao longo dos anos, foi possível notar uma mudança qualitativa nas atribuições desta função inclusive no que diz respeito a adoção de uma perspectiva que embora leve em consideração a dimensão psicológica dos estudantes não deixa de considerar a dimensão sociológica.

Esta mudança de perspectiva influencia fundamentalmente a prática do Orientador Educacional diversificando suas atribuições que agora são em linhas gerais: a promoção de atitudes que suscitem a reflexão de alunos, funcionários da escola e responsáveis pelos estudantes; efetivar ações de apoio ao professor, observando, adequando e atualizando o currículo quando necessário e coordenar as práticas educacionais. Tais atitudes buscam não mais meramente “ajustar” o estudante, mas, investir na sua formação enquanto cidadão e inseri-lo no contexto social.

Destarte, o Orientador Educacional constitui-se, acima de tudo um professor. É, portanto, antes de mais nada, um profissional da Educação. Enquanto tal, ele possui o compromisso com a qualidade do ensino oferecida aos alunos da Instituição de Ensino na qual trabalha.

Por isso, ele emerge, de um modo geral, não como um fiscalizador do trabalho da escola, tampouco é o profissional que pensa e elabora as ações que serão executadas pelos outros professores. O Orientador Educacional que nos referimos é aquele que representa o “elo de ligação” humano entre o sistema de ensino e a escola, entre o gestor e os professores, o gestor e os responsáveis e entre o gestor e os alunos.

Este profissional também é a ponte entre professores e seus pares, professores e gestores, professores e responsáveis e professores e alunos. Além disso, este profissional também observa e investiga os alunos, os responsáveis e a comunidade escolar como um todo, buscando informações relevantes para a elaboração das ações pedagógicas.

Este profissional orientará os professores da Unidade Escolar na busca pela resposta de seus questionamentos, mediando e promovendo momentos para o estudo e a reflexão. Estes momentos também irão auxiliar estes professores na identificação do que é essencial ser abordado durante o ano letivo para a diminuição e até mesmo a eliminação dos eventos de indisciplina escolar, sobretudo os mais graves.

O Orientador Educacional, através de Reuniões Pedagógicas, Consultorias e outras atividades, proporcionará um processo de profunda investigação da realidade e de qualificação das relações interpessoais buscando assim consolidar a unidade da escola e das ações pedagógicas ocorridas nela. Este procedimento não visa apenas à solução de problemas imediatos da escola, porém busca possibilitar a dissolução de questões que se apresentam a médio e longo prazo.

Em se tratando da qualificação das relações interpessoais é preciso destacar que o Orientador Educacional se apresenta como um líder para a escola e deverá cultivar estas relações baseadas no diálogo e na confiança, ambas essenciais para a cumplicidade necessária ao trabalho pedagógico que se pretende democrático.

Um Orientador Educacional disposto ao diálogo e prenhe de uma filosofia democrática muito tem a contribuir para os espaços da escola, entretanto, ainda hoje muitos problemas surgem para a atuação do Orientador Educacional. Primeiramente, ainda hoje os sistemas de ensino sobrecarregam este profissional de excessivo trabalho burocrático. Desta forma, muitas vezes, o Orientador encontra-se “atolado” em papéis não conseguindo exercer sua função de forma satisfatória.

Por outro lado, ainda perpassa o imaginário escolar aquele Orientador Educacional que resolve os problemas relacionados a indisciplina com punições severas. Esta idéia provoca, nos outros profissionais de Educação,

atitudes equivocadas como a já descrita “Síndrome do Encaminhamento”. Como as situações nem sempre podem ser resolvidas da forma esperada pelos professores, estes muitas vezes se frustram acreditando que o Orientador Educacional não está dando a relevância correta aos problemas. Este tipo de pensamento promove, de um modo geral, dificuldades no relacionamento entre os docentes e o Orientador Educacional.

O Orientador quando se depara com estas situações necessita de extrema habilidade para contornar a sobrecarga burocrática e para desfazer a imagem construída historicamente acerca de sua função. Isto exige paciência, diálogo e sensibilidade.

Porém, em se contornando estas questões, o Orientador Educacional só tem a contribuir para o cenário da educação, sobretudo na busca pela solução do problema da Indisciplina. Tal problema é grave porque tem como uma de suas conseqüências mais imediatas o baixo rendimento escolar, e por isso é necessário formação, informação, organização, planejamento, acompanhamento, aprimoramento e avaliação contínuos fatores que podem ser proporcionados pelo Orientador Educacional que tenha no compromisso por uma escola de qualidade sua motivação fundamental.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, C. **Professor bonzinho= aluno difícil**: a questão da Indisciplina em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2002.

AQUINO, Julio Groppa (Org). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil Brasileira**. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

_____. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v.134, n. 248, 23 dez.1996.

_____.**Lei nº 8069** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF. 13 julh. De1990.

BOY, Priscila Pereira. **Inquietação e desafios da escola: inclusão, violência, aprendizagem e carreira docente**.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARCIA, J. **Interdisciplinaridade, tempo e currículo**. São Paulo: PUC, 2000.

_____. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./ abr. 1999.

GOTZENS, C. **A disciplina escolar: prevenções e intervenções nos problemas de comportamento.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **O espaço filosófico da orientação educacional na realidade brasileira.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. **Orientação Educacional: Conflitos de paradigmas e alternativas para a escola.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola.** São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional.** Petrópolis: Vozes, 1981

MARTINS, Adriana Armani Fiorini. Supervisão Educacional: Qual é o seu Papel? **Espaço Inovação – Revista Pedagógica.** Porto Alegre, ano 04, n. 8, p. 20-22, dez. 2007.

MELENDO, M. **Comunicação e integração pessoal.** São Paulo: Paulinas, 1998.

RANGEL, Mary. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. In: FERREIRA, Naura Syria (Org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

REBELO, R. A. A. **Indisciplina escolar: Causas e sujeitos.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Revista Nova Escola, **Indisciplina: como se livrar dessa amarra e ensinar melhor.** ano XXIV, n. 226, p 78- 89, out. 2009.

VASCONCELHOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

_____. C. dos S. **Para onde vai o Professor?** Resgate do professor como sujeito de transformação. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2003.

_____. **(In) Disciplina:** construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO	02
AGRADECIMENTO	03
DEDICATÓRIA	04
RESUMO	05
METODOLOGIA	06
SUMÁRIO	07
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I- INDISCIPLINA ESCOLAR: MÚLTIPLOS OLHARES	
11	
1.1 – Conceito de Indisciplina Escolar	12
1.2 – Múltiplos Olhares sobre a Indisciplina escolar	13
CAPÍTULO II – ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES	
23	
2.1 – Histórico	23
2.2 – Prática Pedagógica	26
CAPÍTULO III – INTERVENÇÕES DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: PROMOVENDO SOLUÇÕES	32
3.1 – Pensando a realidade	32
3.2 – Promovendo soluções	33

CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	43
ÍNDICE	46

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome da Instituição: INSTITUTO A VEZ DO MESTRE

**Título da Monografia: DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO INTERAGINDO
DOCENTES E ALUNOS COM A INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Autor: ANA PAULA RODRIGUES DE LIMA

Data da entrega: 28/01/2011

Avaliado por: MÔNICA MELO

Conceito: